

A Sociologia no Desenvolvimento Econômico e Social

Evaristo de Moraes Filho

Falar do papel da Sociologia no desenvolvimento econômico e social é voltar ao velho tema, aliás, permanente, das relações da Sociologia com as demais ciências sociais. Desde o primitivo ponto de vista de Comte e Spencer, imperialista, em que a Sociologia abrangia globalmente todas as ciências sociais, que nela se dissolviam, até o excessivamente particularista da sociologia americana, fêz-se um longo caminho. De algum tempo a esta parte, nota-se uma crescente obliteração de fronteiras, caminhando as ciências sociais para um denominador comum, que é o conhecimento do homem como participante do grupo social. Já os debates vão-se esmorecendo, por bizantinos e inúteis. A abordagem interdisciplinar recebe unanimidade de opiniões, como indispensável para a melhor e mais completa apreensão da realidade social.

24 Sem dúvida alguma, retoma a Sociologia a sua posição — senão predominante, pelo menos, fundamental — entre as ciências sociais. Se não chega a ser o *corpus* das ciências sociais, no esquema de Durkheim, abandona, pelo menos, o seu papel demasiadamente acanhado e modesto de

mera ciência social particularista. Pode-se dizer, sem receio de contradita, que toda a matéria social genérica, verdadeira terra de ninguém, volta a pertencer à Sociologia. Não que todo o campo do social lhe diga respeito, como objeto de seus estudos específicos. Este é repartido pelas demais ciências sociais, também voltadas para os aspectos coletivos ou grupais da vida humana. Cabe à Sociologia, no entanto, o estudo dos aspectos mais gerais e válidos (evitamos, de propósito, a expressão *formais*) das relações e dos processos sociais, da estrutura e da organização social (com o seu conteúdo maior: da estratificação e mobilidade), das instituições, valores e símbolos que daí decorrem.

Desde os estudos da Tecnologia, no que significa de relação básica entre o homem (e seus grupos) e a natureza, como determinante de toda uma forma de relações materiais de produção, aí está a Sociologia. Se não é o estudo direto do instrumento de trabalho (Tecnologia), nem dos produtos obtidos, no que possam satisfazer as necessidades humanas (Economia), o é, no entanto, no que toca à maneira de os homens se agruparem, se estruturarem e se organizarem para produzir, distribuir, fazer circular e consumir esses bens e serviços. O que há de inter-humano ou intergrupar, nesses aspectos materiais de produção, cabe à Sociologia.

Afastando-se cada vez mais desta base material, organizam-se os grupos e a sociedade global, cristalizando formas de estratificação, que tendem a durar indefinidamente como verdadeira permanência de

Evaristo de Moraes Filho, catedrático de Direito do Trabalho da FND é o atual diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil.

O presente trabalho é uma comunicação ao II Congresso de Sociologia, realizado em Belo Horizonte em março último.

relações de domínio de umas classes sobre as outras. As tensões sociais se estabelecem, em equilíbrio instável, em permanente luta, entre outras classes, num constante e incessante dinamismo, numa mobilidade que não pára, mas que, raramente, permite uma total e radical mudança de estratificação, com desaparecimento ou inversão de papéis.

Inspirando êsses movimentos e dêles surgindo espontâneamente, como o ideal do real, com êles se confundindo em todos os estratos e em tôdas as etapas históricas, encontram-se os valôres, as ideologias, os símbolos, muitas vêzes de conteúdo emocional, mas que penetram e circulam na estrutura social, tão reais como a mais real e concreta relação de produção.

Basta esta sumária e simplória introdução para que possa concluir o mais bisonho dos economistas que não é possível nenhum estudo ou planejamento de desenvolvimento econômico sem o estudo prévio ou concomitante da estrutura social do país ou da região, com o indispensável recuo histórico da formação da estratificação. Em verdade, como lembra Myrdal, parte-se de um valor prévio (1): o de que a industrialização é desejável e melhor para os povos que queiram desenvolver-se economicamente. Estão acordes os economistas em que a industrialização é o caminho mais rápido para o efetivo aumento da renda *per capita*, índice objetivo de maior desenvolvimento econômico. Apesar de algumas exceções — de países não industrializados, desenvolvidos, com alta média de renda *per capita* — já hoje em dia encontra-se inteiramente superada a reação de certos grupos espiritualistas contra a industrialização, como materialista, brutalizante do homem, baseada essa opinião nos desastres e desgastes humanos que a industrialização causou no século XIX, quando da época do capitalismo liberal.

Seria verdadeiramente espetacular se o desenvolvimento econômico dependesse unicamente de capitais, investimentos, créditos e parques industriais, como quem constrói no vazio, como se o problema fôsse somente de dinheiro e de máquina. O assunto é sempre social, trata com homens, organizados em classes, em grupos, com necessidades reais, ideologias, interêsses, situações, valôres, símbolos, tôda uma *Gestalt* que se estruturou historicamente e que insiste em permanecer. As organizações sociais, como as individuais, só se alteram profundamente ou desaparecem quando

não encontram nenhuma possibilidade mais de permanecerem iguais a si mesmas (2).

Cabe, pois, à Sociologia a análise dos fatores que aceleram ou retardam a mudança social, através de tôdas as manifestações da estrutura social. O desenvolvimento não é unilinear e simplista, sem condicionamentos gerais nem conseqüências sobre todo o restante da organização social. As relações de trabalho serão inicialmente afetadas, como o serão também a família, a escola, a religião, a vida política, artística, jurídica (incluindo a organização burocrática estatal), e assim por diante.

Noção importantíssima e ainda hoje atual, embora sob denominações diversas — *Gestalt*, *continuum*, coesão interna, etc. — é a de *consensus* social. Em permanente tensão, apresenta-se a estrutura social como um todo inteiriço, interdependente, sem a menor gratuidade em qualquer de suas partes. Muitas vêzes na mais longínqua e discreta das suas manifestações está presente, como um foco silencioso, um fator até então insuspeitado. É preciso ter uma visão total do campo, como acontece na Física, com um esquema tanto quanto possível completo das forças que nela atuam ou possam atuar. Como ilustrativo, vale a pena lembrar aqui um estudo de Oeser, em que vem destacada esta noção de *consensus* e de *continuum* de tôda a matéria social, cuidando-se nada mais, nada menos, do que de pesquisas sobre o desemprego: "Such considerations are guiding mose recent studies of unemployment. Unemployment on a large scale is not something isolated. There are economic, technological and historical reasons for it. The unemployees do not, in virtue of their unemployment, suddenly become isolated from the community of which they had been a working part. If, then, we want to know what the significant aspects of unemployment are, we must at the same time study the whole social and sociological background of society. In other words, we must stress anew the principle of the functional interdependence of the various parts or aspects of society, a principle which has been current in sociology at least since the time of Comte, and which has recently been reformulated in anthropology (4).

Se tudo isso foi dito a respeito do fenômeno desemprego, que dizer então de

todo um programa, de toda uma política, de toda uma ideologia de desenvolvimento econômico?

As técnicas não podem ser as mesmas, quer se trate de país em vias de desenvolvimento, quer se trate de país já plenamente desenvolvido. Não se podem importar diretamente os métodos até então utilizados de crescimento econômico. E só a Sociologia — auxiliada pelas demais ciências sociais, é óbvio — pode obter o conhecimento da realidade atual de cada sociedade que se pretende desenvolver e integrar economicamente. Não bastam a ideologia e os métodos.

Num país imenso como o Brasil, com diversas áreas geo-econômicas, às vezes até contraditórias e com interesses opostos, verdadeiro arquipélago, com desigual ocupação da terra, não se pode falar em subdesenvolvimento de maneira simplista. Desenvolvimento desigual, vá lá, com regiões bem industrializadas, ao lado de outras totalmente subdesenvolvidas, verdadeiramente arcaicas. Representativo típico de marginalidade estrutural, sociedade dual, em que ambos os padrões estão em crise, tanto o moderno quanto o tradicional.

É em torno da estratificação social, com toda a sua problemática da mobilidade, que mais se deve fixar qualquer planejamento sobre o desenvolvimento. Ficou clássica a análise de Engels sobre a situação da classe proletária na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX. Com o capitalismo liberal em pleno crescimento, possuindo todas as condições econômicas e tecnológicas para um enriquecimento rápido com uma classe empresarial enérgica e dotada de grande iniciativa, pôde ela absorver os excedentes da renda nacional, detentora praticamente de quase todo o capital capaz de ser investido, mas isso graças a quê? A uma classe proletária relegada a padrões ínfimos de manutenção, com níveis baixíssimos de consumo, cheia de privações. Desta maneira aumentou-se a parcela da renda nacional investida em novos empreendimentos, progredindo e enriquecendo-se vertiginosamente a Grã-Bretanha (5).

Não há mais condições históricas para que possa ser imitado o exemplo inglês: enriquecimento de uma classe em prejuízo de outra muito mais numerosa. Ao contrário do que pregam certos teóricos nacionais, o desenvolvimento não deve ser proposto em duas etapas: primeiro, o enriquecimento da nova classe proprietária,

a indústria, sob todos os protecionismos estatais, para só depois passar-se a nova etapa, da distribuição da renda nacional. Ambos devem ser concomitantes. O desenvolvimento econômico, nesta altura do século, deve levar em conta os diferentes estratos sociais, harmonizando o crescimento do capital e tecnológico com melhor distribuição da riqueza, maior segurança aos assalariados, elevação dos seus níveis de vida. Só assim poderão eles participar da obra do enriquecimento comum. De resto, tendo aumentado a sua renda **per capita**, aumentará também, por certo, o seu poder aquisitivo, com o que lucrará a própria indústria.

No manifesto do lançamento da revista *Développement & Civilisations*, em março de 1960, lêem-se estas palavras da mais perfeita lucidez, apesar da sua extrema simplicidade: "Il n'y a de développement authentique qu'en regard de l'évolution sociale des hommes vers un plus humain authentique.

Le développement authentique ne peut être que le développement intégral harmonisé, préoccupé avant tout de réaliser l'homme au maximum, chacun des hommes, et tous les hommes au sein de chaque société globale, et de proche en proche, de toutes les sociétés globales de quelque façon interdépendantes.

Le problème est économique, technique, sociologique, éthique, politique, spirituel. À lui seul, le développement économique et technique n'est pas le développement. Il peut même, à bien des égards devenir l'anti-développement, dès qu'il saccage les valeurs humaines antécédentes ou qu'il crée, sous l'aspect humain, des anti-valeurs dont les effets pernicieux ne sont pas toujours immédiats" (7).

Entre nós, por exemplo, há certos cânones sobre os quais reina a mais perfeita unanimidade. Sem a reforma agrária, com o desaparecimento do latifúndio improdutivo, com o aumento da produtividade rural, a mudança radical das condições estruturais da nossa sociedade agrária verdadeiramente medievais, torna-se impossível falar em autêntico ou mesmo viável desenvolvimento econômico. Ainda há pouco destacava Alexandre Kafka a necessidade dessas mudanças estruturais na América Latina para que se possa, realmente, falar em desenvolvimento. (8). E tudo isso, afinal de contas, implica a presença da Sociologia na sua pesquisa, ela-

horação teórica e planejamento político.

Por outro lado, não se pode cuidar do desenvolvimento de certas regiões do país, com grande concentração industrial, maior rentabilidade e maiores salários, em detrimento de outras, verdadeiramente arcaicas, aumentando cada vez mais a distância social e econômica entre elas. Com a migração de capitais e de mão-de-obra para certas regiões mais industrializadas, tendo a inclinar-se cada vez mais o prato da balança, ocasionando uma desigual e perigosa distribuição da renda nacional, a par da rarefação da população em determinadas regiões, com sufocante concentração a par da rarefação da população em determinadas regiões com sufocante concentração noutras. Falta de mão-de-obra, aqui, excesso ali, criando o problema do sub-emprego crônico ou do desemprego disfarçado.

Ademais, não se pode falar em desenvolvimento sem estudar ao mesmo tempo o problema da produtividade nas empresas. E com isso penetra-se em pleno campo da sociologia da empresa, da sociologia industrial, com toda a sua complexa problemática — da integração da empresa na comunidade, do recrutamento dos trabalhadores, na sua qualificação profissional, da sua organização dentro da empresa, da sua associação em sindicatos e das relações destes com a empresa, de todo o conjunto de condições dentro e fora da empresa que justificam menor ou maior produtividade (desde suas condições familiares, psicológicas, até suas atividades sindicais e políticas). Todo este complexo de fatores humanos e sociais — e não puramente técnicos ou econômicos — é que irá criar condições de maior produtividade, tendo em vista principalmente um forte sentimento de segurança do trabalhador, de bem-estar e de razoável otimismo. Todos os programas de aumento de produtividade, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França ou na Alemanha, tiveram sempre como um dos seus aspectos mais característicos a prévia audiência e o acordo dos sindicatos de mão-de-obra (9).

Tudo isto diz respeito à necessidade de alteração da legislação sindical, mais do que isso, dos costumes sindicais entre nós, com instauração de um sindicalismo autêntico, livre e democrático, em pleno gozo de autonomia diretiva, perante o patronato e o Estado. Só com líderes legítimos, comitês de empresa, convenções coletivas,

integração do movimento sindical na empresa, é que se realizará a chamada democracia industrial e se criarão condições para um harmônico desenvolvimento econômico.

Em verdade, não se pode admitir desenvolvimento econômico sem um concomitante desenvolvimento social, de integração nacional em todos os sentidos: das populações, das regiões geo-econômicas, dos estratos sociais. De nada adiantará apelar para a educação, como um verdadeiro *deus ex machina*, se não se alterarem, se não forem afastados os fatores sociais que impedem ou inutilizam o esforço para a mudança. A escola é também condicionada pela realidade histórica e social, não podendo o seu tradicionalismo ser mudado a bico de pena, através de leis, com simples alteração de currículo.

Por tudo isso, não é possível qualquer estudo sério e válido sobre desenvolvimento econômico e social sem o estudo sociológico dos seus processos e dos seus obstáculos.

Transcrevemos aqui, em conclusão, para debate e possível aprovação pelo plenário do II Congresso Brasileiro de Sociologia, as recomendações da Comissão A — *Efeitos sociais do desenvolvimento econômico* — por nós presidida em Montevideu, no V Congresso Latino-Americano de Sociologia (1959), recomendações essas que foram aprovadas pelo plenário daquele conclave:

“La formación profesional en su sentido integral y la asistencia técnica al trabajador, son indispensables para obtener mayor productividad de la empresa, y uno de los efectos sociales inevitables del proceso del desarrollo económico es el cambio de estructura social y en el caso de América latina, existe una estructura social con una con figuración que implica la distribución diferencial de las diversas formas de privilegio social (el poder, el prestigio y las posibilidades económicas).”

Así, la Comisión expone: 1) Que la planificación del desarrollo económico se armonice con las medidas aconsejadas, con los planes de reforma agraria en vigor a adoptarse, la cual se considera necesaria para el desenvolvimiento de la empresa industrial; 2) Se estimulen las nuevas formas de empresa que consultan la integración de su personal, de modo que aquella pueda transformarse en una comunidad de producción de trabajo; 3) Que los planes de desenvolvimiento tiendan a la descentralización industrial, mediante una efetiva

distribuição geográfica de las empresas que consultem sua condiciones económicas y técnicas y las posibilidades naturales y demográficas de la región; 4) Que las empresas directamente através de entidades educativas especialmente organizadas deben participar con los órganos del Poder Ejecutivo y sin perjuicio de enseñanza en la preparación de la mano de obra empleada y en potencia, tarea en la que tendrán como objetivos el adiestramiento del trabajador en las operaciones laborales, el mejoramiento del nivel intelectual y la realización plena de su personalidad; 5) Que en el planeamiento del desarrollo económico se hagan estudios sociológicos sobre la estructura social de la región, zona o país, donde se piensa aplicar el programa; 6) Que en todas las comisiones y en todos los grupos de trabajo creados en cualquier país del área latinoamericana para el estudio de las condiciones integrantes del proceso de desarrollo con objetivos de planificación de ese desarrollo, sean constituidos con participación de sociólogos”.

(1) — G. Myrdal, *Value in Social Theory*, Londres, 1958, págs. 1-3: «There is no way of studying social reality other than from the viewpoint of human ideals. A «desinterested social science» has never existed and, for logical reasons, cannot exist. The value connotation of our main concepts represents our interest in a matter, gives direction to our thoughts and significance to our inferences. It poses the questions without

The recognition that our very concepts are value-loaded implies that they cannot be defined except in terms of political valuations. It is, in these valuations should be made explicit. They deed, on account of scientific stringency that represent values premises for scientific analysis; contrary to widely held opinions, not only the practical conclusions from a scientific analysis, but premises,

this analysis itself depends necessarily on value

A value premise should not be chosen arbitrarily: it must be revelant and significant in relation to the society in which we live».

Já Marx havia escrito tudo isso na *Sacra Família*, antes de 1850. E no célebre prefácio da *Crítica da Economia Política*, de janeiro de 1859 (trad. francesa de 1899, Paris, pág. VI): «L'humanité ne se pose jamais que les énigmes qu'elle peut résoudre; car, à mieux considérer les choses, on s'apercevra que l'énigme n'est proposée que quand les condition matérielles de sa solution existent déjà ou tout au moins se trouvent en cours de formation».

Sim, os homens fazem a sua própria história, perseguindo os seus fins e valores de cada época, mas não os podem escolher arbitrariamente. A própria vida social se incumbe de lhes propor-

cionar as condições concretas de realização. O ideal sai sempre do real, para não ser utópico.

(2) Para os estudos sobre classe social, na literatura recente: L. Reissman *Class in American Society*, Illinois, 1959; Kaare Svalastoga, *Pres-tige, Class and Bobility*, Londres, 1959; B. Barber, *Social Stratification*, Nova York, 1957; J. E. Floud (editor), A. H. Halsey, F. M. Maughn, *Social Class*, Londres, 1958; K. B. Mayer, *Class and Society*, New York, 1955; J. Sshumpeter, *Social Class Imperialism*, New York, 1955; A. Joussain, *Les Classes Sociales*, Paris, 1949; Giuseppe G. Conti, *Mobilità e Stratificazione Sociale*, Turim, 1959; Gösta Carlson, *Social Mobility and Class Structure*, Lund, 1958; G. Gurvitch, *El Concepto de Classes Sociales de Marx a Nuestros Dias*, Buenos Aires, 1960; além dos clássicos ensaios de Halbwachs, Bauer e Page.

(3) De modo geral, sobre burocracia: *Reader in Bureaucracy*, editado por Robert K. Merton, H. P. Gray, B. Hockey, H. C. Selvin, da Universidade de Colúmbia, Illinois, 1952; Max Weber, *Economia y Sociedad*, trad. de Echavarría, México, 1949; *From Max Weber*, de H. H. Gerth e C. Wright Mills, New York, 1958, e o estudo coletivo do seminário *Resistência à Mudança*, realizado no Rio, em outubro de 1959, Rio, 1960.

(4) O. A. Oeser, *The value of team-york and functional penetration as methods in social investigation*, in *The Study of Society*, ed. by Bartlett, Ginsberg, Londgren e Thouless, Londres, 4a. ed., 1949, pág. 406.

(5) V. Glass, *Social Mobility in Britain*, Illinois, 1954.

(6) Já no recuado ano de 1935, escrevia Adolf Löwe, num estudo que se tornou clássico, *Economics and Sociology — A plea for co-operation in the social sciences*, Londres, pág. 101: «Among the subsidiary branches which thus render modern theory applicable to individual historical constellations, economic sociology in the sense of a descriptive analysis true that in applied economic «the chain of purely economic analysis is to be interrupted after every link, and a sociological examination of its results... is to be inserted» (Heimann). Nevertheless it is not this auxiliary function of making the necessary corrections for individual variations which gives sociology its predominant position in modern as is any realistic economic theory. The economic and the sociological aspect are already combined in the most general statemens, because sociological principles necessarily form a part of the categories of realistic economic reasoning».

A mesma coisa em Simon Kusmets, *Six Lectures on Economic Growth*, Illinois, 1959, pág. 111.

(7) *Développement & Civilisations*, Paris, março de 1960, págs. 3-4.

(8) *Economic Développement for Latin American*, ed por H. Ellis e H. Wallich, Londres, 1961, págs. 1-25.

(9) Conf. nosso *Desenvolvimento Econômico e a Estrutura da Empresa*, Rio, 1959, e *Teoria da Empresa*, Rio, 2 vols., 1960.

Ao lado dos trabalhos de Form. Miller, Klappow, Moore, Roethlisberger, veja-se de S. M. Lipset e R. Bendix, *Social Mobility in Industrial Society*,